



VOLUME 2

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

PPA 2024-2027 • ANO 1 • 2024

ANEXO III

DESEMPENHO POR ÓRGÃOS



GOVERNO
PRESENTE
FUTURO
PRA GENTE

VOLUME 2

Procuradoria-Geral do Estado da Bahia – PGE

ANEXO III

DESEMPENHO POR ÓRGÃO



Relatório de Avaliação de Desempenho dos Programas do PPA 2024-2027 – Ano 2024
Copyright Secretaria do Planejamento – SEPLAN Superintendência de Gestão
Estratégica – SGE

JERÔNIMO RODRIGUES
Governador

GERALDO JÚNIOR
Vice-Governador

MAURICIO WEIDGENANT
Chefe de Gabinete do Governador

AFONSO FLORENCE
Secretário da Casa Civil

CEL. PM ADALBERTO OLIVEIRA PITON DA SILVA
Casa Militar do Governador

BÁRBARA CAMARDELLI
Procuradora Geral do Estado – PGE

EDELVINO GÓES
Secretaria da Administração – SAEB

JOSÉ CARLOS SOUTO DE CASTRO FILHO
Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização – SEAP

WALLISON OLIVEIRA TORRES (Tum)
Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura – SEAGRI

FABYA REIS
Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADES

ANDRÉ JOAZEIRO
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI

LUCIANO SUEDDE (Interino)
Secretário de Comunicação Social – SECOM

BRUNO MONTEIRO
Secretaria de Cultura – SECULT

ANGELO ALMEIDA
Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE

JUSMARI OLIVEIRA
Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR

ROWENNA DOS SANTOS BRITO
Secretaria da Educação – SEC



OSNI CARDOSO

Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR

MANOEL VITÓRIO

Secretaria da Fazenda – SEFAZ

SÉRGIO BRITO

Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA

LARISSA GOMES MORAES

Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento – SIHS

FELIPE FREITAS

Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – SJDH

EDUARDO SODRÉ MARTINS

Secretaria do Meio Ambiente – SEMA

CLÁUDIO PEIXOTO

Secretaria do Planejamento – SEPLAN

NEUSA CADORE

Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM

ÂNGELA GUIMARÃES

Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais – SEPROMI

ADOLFHO LOYOLA

Secretaria de Relações Institucionais – SERIN

ROBERTA SANTANA

Secretaria da Saúde – SESAB

MARCELO WERNER

Secretaria da Segurança Pública – SSP

DAVIDSON MAGALHÃES

Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE

LUÍS MAURICIO BACELLAR

Secretaria do Turismo – SETUR





Governador do Estado da Bahia
JERÔNIMO RODRIGUES

Secretário do Planejamento – SEPLAN
CLÁUDIO RAMOS PEIXOTO

Chefe de Gabinete – SEPLAN
DILMA SANTANA DE JESUS

Diretor Geral – SEI
JOSÉ ACÁCIO FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA – SGE/SEPLAN

MILTON DE SOUSA COELHO FILHO
Superintendente de Gestão Estratégica

ANTONIO MARCOS BARRETO SILVA
Diretor de Avaliação de Políticas Públicas

MARIA APARECIDA FORTES DE ALMEIDA PRESÍDIO
Diretora de Monitoramento Estratégico

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – SPE/SEPLAN

RANIERI MURICY BARRETO
Superintendente de Planejamento Estratégico

NATÃ SILVA VIEIRA
Diretor de Planejamento de Políticas Sociais

NICIA MOREIRA DA SILVA SANTOS
Diretora de Planejamento de Políticas Públicas Econômica e de Infraestrutura



SUPERINTENDÊNCIA DE ORÇAMENTO PÚBLICO – SPO/SEPLAN

NINON FONSECA DA SILVA FERNANDES

Superintendente de Orçamento Público - SPO/SEPLAN

ROSANA SANTANA DOURADO

Diretora de Programação Orçamentária - Área Social

CINTIA MARIA DEIRÓ

Diretora de Programação Orçamentária - Área Institucional

LUIZ CARLOS GUIMARÃES C. LIMA JÚNIOR

Diretor de Programação Orçamentária das Áreas Econômica e de Infraestrutura

CÉSAR BARBOSA

Diretor de Informações e Sistematização Orçamentária

SUPERINTENDÊNCIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS – SPF/SEPLAN

LUIZA AMÉLIA GUEDES MACHADO MELLO

Superintendente de Captação de Recursos Financeiros

PAULO TADEU GASPAR DE FREITAS

Diretor de Operações de Crédito

LEONARDO ANDRADE RIBEIRO

Diretor de Transferências da União e Parcerias Financeiras

COORDENAÇÃO EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E ARTICULAÇÃO PARA CONSÓRCIOS PÚBLICOS – CEPT/SEPLAN

THIAGO DOS SANTOS XAVIER

Coordenador Executivo

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA BAHIA - SEI

JOSÉ ACÁCIO FERREIRA

Diretor Geral

ARMANDO AFFONSO DE CASTRO NETO

Diretor de Indicadores e Estatística

RODRIGO BARBOSA DE CERQUEIRA

Diretor de Pesquisas



EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO

ANTONIO MARCOS BARRETO SILVA

Coordenador do Relatório

TÉCNICOS DA SEPLAN

ADRIANO SAMPAIO LEÃO

ALACIR DANTAS

ALEXANDRE SANTOS RIBEIRO

ALEXANDRE VASCONCELOS JUNQUEIRA

ANA CRISTINA DE OLIVEIRA SANTOS

ANA SUELY QUEIROZ FERREIRA

BIANCA BONIFÁCIO DE CARVALHO

DANIELA TOSTA DE BRITO SENNA

EDNA SILVA CONCEIÇÃO

FABIANA DA CRUZ MATTOS

FABIANE LOUISE BITENCOURT PINTO

GUILLERMO JAVIER PEDREIRA ETKIN

HILBERTO CRUZ DO CARMO

JAMILLE SANTOS DOS SANTOS LIMA

JORGE ALEXANDRE ROSA DE MOURA

JOSÉ LANDIM FILHO

LAISE DA SILVA SANTOS

LENALDO AZEVEDO DOS SANTOS

LUIZ DENIS GRAÇA SOARES

MÁGILA SOUZA SANTOS

MARCELO MENEZES CORDEIRO

MARIA DALVA MOTA CUNHA

MATHEUS SENA

NATACHA DALTRO BASTOS

PATRÍCIA OLIVEIRA BORGES DA SILVA ALMEIDA

RITA ELIZABETH FERNANDES CARDOSO

ROBERLINDA RIBEIRO SANTOS

SHEILY MARIA BASTOS DE MACÊDO

SIDNEY SILVA SANTOS

SUZANA SODRÉ DE ARAGÃO VASCONCELLOS

TAILANE PEREIRA DE JESUS

THAIS PEREIRA TEIXEIRA

VANDUY CORDEIRO DOS SANTOS

VERALÍCIA DE FÁTIMA MARQUES MENDONÇA DE BRITO

VERENA DE CARVALHO RAMOS

TÉCNICOS DA SEI

ARTHUR SOUZA CRUZ JÚNIOR

CARLA JANIRA SOUZA DO NASCIMENTO

CAROL VIEIRA

DENIS VELOSO

ELISSANDRA ALVES BRITO

GABRIEL OLIVEIRA BARBOSA

JOÃO PAULO CAETANO SANTOS

LUCIGLEIDE NERY NASCIMENTO

LUIZ FERNANDO ARAÚJO LOBO

LUIZ MÁRIO RIBEIRO VIEIRA

MARÍLIA JANE CAMPOS

ROSANGELA CONCEIÇÃO



COLABORADORES

VALNEI DAMASCENO DE ALMEIDA
Assessor de Planejamento e Gestão

KALYANNE BRAZ AYRES MENDES
Diretora Geral da Seplan

LUCAS PONDÉ
Assessor de Comunicação da Seplan

ASSESSORES DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – APG

LITZA GUIMARÃES LOPES
CASA CIVIL

WILSON MOREIRA CARDOSO
Secretaria de Administração do Estado da Bahia - SAEB

LEANDRO DE TEIVE
Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE

GABRIELE BATISTA VIEIRA
Secretaria de Justiça e Direitos Humanos - SJDH

FLÁVIO ANDRÉ PEREIRA BASTOS
Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social - SEADES

SIMONE MARIA DE FIGUEIREDO SOUZA ARAÚJO
Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR

RITA DE CÁSSIA MAGALHÃES
Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura - SEAGRI

DIEGO PITANGA DOS SANTOS
Secretaria de Administração Penitenciária - SEAP

MARIA MARGARIDA COSME RODRIGUES COSTA
Secretaria de Educação - SEC

NOEME PINTO COSTA CERQUEIRA
Secretaria de Comunicação Social - SECOM

EDSON VALADARES
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI

CHARLES FAGUNDES
Secretaria de Cultura do Estado da Bahia - SECULT

FLÁVIA MARIA TENÓRIO BARBOSA DE DEUS BARROS
Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR

SIZENANDO GONZAGA DA CUNHA FILHO
Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia - SEFAZ

ROSE MARIE RAMOS GÓIS
Secretaria de Infraestrutura da Bahia - SEINFRA



EUMAN JODAFE NUNES FERNANDES
Secretaria do Meio Ambiente - SEMA

VALNEI DAMASCENO DE ALMEIDA
Secretaria do Planejamento - SEPLAN

EVERALDO AUGUSTO DA SILVA
Secretaria de Promoção da Igualdade Racial - SEPROMI

LUIZ LAVIGNE VASCONCELLOS FILHO
Secretaria de Relações Institucionais - SERIN

EMANUELE FIGUERÊDO BARBOSA
Secretaria da Saúde - SESAB

TIAGO SÁ TELES CORDEIRO
Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE

RISETE MENDES
Secretaria de Turismo do Estado da Bahia - SETUR

ANDREA CARVALHO
Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento - SIHS

LUCY CIRNE
Secretaria de Políticas para Mulheres - SPM

SILVANA SALOMÃO GÓES FONTES
Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia - SSP

MAURO VIRGÍLIO CAMPOS DE OLIVEIRA
Procuradoria Geral do Estado da Bahia - PGE

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DA BAHIA - PRODEB

ARINO HENRIQUE SANTOS OLIVEIRA
DANIEL ABREU NETTO
ERICO ROGERIO VASCONCELOS RIBEIRO
GRIMALDO LOPES DE OLIVEIRA
MARCELO JORGE PEREIRA DA LUZ
MÁRCIO OLIVEIRA DA FRANCA
NAELITON ALVES DE SOUSA
RODRIGO ALMEIDA BEZERRA



SUMÁRIO

Volume II – Anexo 3

DESEMPENHO POR ÓRGÃO.....	13
Órgão: Procuradoria Geral do Estado - PGE	14
1. Destaques das Ações de Governo.....	14
2 Desempenho dos Indicadores de Compromisso	15
2.1. Desempenho dos Indicadores de Compromisso – Oportunidade de Melhoria	17
3 Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira e Física	19
3.1. Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira e Física – Avanços e Conformidades.....	26
3.2. Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira e Física – Oportunidade de Melhoria	29
3.3. Índice das Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) e da Previsão dos Restos a Pagar.....	46



Desempenho por Órgão

1. DESEMPENHO POR ÓRGÃO

Neste capítulo do Relatório de Avaliação, será apresentado de forma detalhada o desempenho dos Órgãos na execução dos Programas do PPA 2024-2027 no ano corrente. Serão levados em consideração a evolução dos Indicadores de Programa, a eficácia das metas dos Indicadores de Compromisso, o desempenho da execução orçamentária-financeira e da execução física das Ações orçamentárias.

Adicionalmente, serão apresentadas as execuções orçamentário-financeiras e físicas de cada Território de Identidade e das prioridades da LDO. O relatório destaca também os principais resultados alcançados, evidenciando os avanços e conformidades, além das oportunidades de melhoria. A análise engloba os programas e seus componentes conforme o próximo tópico.

Órgão: Procuradoria Geral do Estado - PGE

Órgão: PGE

Finalidade: Tem como finalidade receber, encaminhar e acompanhar sugestões, reclamações, informações, denúncias e elogios dos cidadãos referentes aos serviços públicos estaduais, de forma humanizada e eficiente.

Eixo/Programa	Indicadores de Programa	Compromissos	Indicadores de Compromisso	Iniciativas	Ações Orçamentárias
13 - 440 - Planeja Bahia	-	1	-	6	9
13 - 441 - Gestão Fiscal	-	1	1	1	1
13 - 442 - Gestão de Serviços Públicos	-	-	-	1	1
13 - 444 - Bahia Participativa	-	-	-	1	1
4 - 412 - Trabalho Decente	-	-	-	-	1
13 - 446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos	-	-	-	-	3

1. Destaques das Ações de Governo

Os Destaques das Ações de Governo compreendem um resumo analítico destacando as realizações relevantes do ano e acumulado ao longo do PPA na execução do Programa temático pelo órgão em análise. O quadro permite uma compreensão clara e sintética do progresso obtido em cada Programa e estimula a transparência na divulgação dos resultados alcançados pelo órgão.

Destaques das Ações de Governo

Órgão: PGE

Programa: 440 - Planeja Bahia

Destaque: PGE avança com inovação e modernização na consultoria jurídica

A Procuradoria Geral do Estado (PGE) está aprimorando suas atividades de consultoria jurídica e representação judicial por meio da implementação de inovações tecnológicas e gerenciais. Destaca-se a contratação do PROFISCO II, que inclui a criação de um Data Lake e um projeto de transformação digital da Dívida Ativa. Entre as iniciativas, a PGE trabalhará na implantação de um novo sistema de gestão de processos judiciais e concluirá um contrato de Encomenda Tecnológica até 2025. A metodologia OKR será adotada para uma gestão mais eficiente, e a PGE firmou uma cooperação com o PNUD para desenvolver soluções jurídicas inovadoras. Além disso, foi criado um Grupo Intersectorial de Demanda de Saúde, voltado à gestão da judicialização na área da saúde. Com investimentos de R\$ 18,4 milhões, a modernização dos serviços beneficiará o serviço público estadual.

2 Desempenho dos Indicadores de Compromisso

A eficácia compreende a verificação, em cada exercício do PPA, do percentual de atingimento da meta do exercício em relação ao valor apurado e planejado do Indicador de Compromisso, com base nas informações registradas no processo de acompanhamento. Após os cálculos da eficácia, os resultados são agrupados por faixas de desempenho. Assim, se a eficácia for menor ou igual a 30%, é considerado desempenho muito baixo; se for maior que 30% e menor ou igual a 50%, é considerado baixo; se for maior que 50% e menor ou igual a 70%, é considerado regular; se for maior que 70% e menor ou igual a 90%, é considerado bom; se for maior que 90% e menor ou igual a 130%, é considerado ótimo; e se for maior que 130%, é considerado desempenho indeterminado. O indicador de compromisso é considerado apto para a avaliação quando é possível avaliar o seu desempenho. O quadro a seguir apresenta a situação do indicador em relação a sua disponibilidade para avaliação e o desempenho do conjunto de Indicadores de Compromisso de cada Programa do PPA 2024-2027, no exercício corrente.



Órgão: PGE										
Eficácia das Metas dos Indicadores de Compromisso										
Programas do PPA/Ano	Situação para Avaliação			Desempenho (%)						Não Apto (%)
	Total	Apto	Não Apto	Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Otimo	Indeterminado	
441 - Gestão Fiscal										
2024	1	1	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00

Visando qualificar as informações obtidas na apuração, a evolução do Indicador de Compromisso deverá ser explicada a partir da indicação do principal motivo que influenciou ou justificou seu comportamento no exercício de análise, segundo seu desempenho, desdobrados em motivos da superação e motivos do não atingimento. O quadro a seguir mostra a frequência de motivos contributivos para o atingimento do valor planejado das metas dos Indicadores de Compromisso, em cada exercício do período quadrienal (nos anos I, II e III, o parâmetro utilizado como valor planejado do indicador é o valor da pretensão anual e no ano IV, é o valor da meta do PPA).

Órgão: PGE	
Motivos que contribuíram para superar o valor planejado do Indicador de Compromisso	
Programa/Descrição do motivo	Frequência (%)
	2024
441 - Gestão Fiscal	
OTIMIZAÇÃO/ APRIMORAMENTO DE ESTRATÉGIAS OU FORMAS DE ATUAÇÃO	1 (100,00%)

A regionalização das metas do Plano Plurianual (PPA) visa garantir que as políticas públicas sejam adaptadas às especificidades de cada Território de Identidade. Essa regionalização permite que os recursos sejam distribuídos de maneira mais equitativa, atendendo às necessidades locais e promovendo o desenvolvimento regional. Isso também facilita o monitoramento e a avaliação dos resultados, assegurando que as ações planejadas estejam realmente contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população em cada território. O Quadro a seguir demonstra o total de indicadores com metas territorializadas e seu desempenho. O normativo legal orienta que a meta seja regionalizada, contudo, quando isto não é possível em função de indivisibilidade da ação governamental, atribui-se o Estado como unidade territorial, que deve representar uma exceção.

Órgão: PGE

Territorialização e eficácia das Metas dos Indicadores de Compromisso

Programa do PPA/Ano/Território de Identidade	Situação para Avaliação			Desempenho(%)						Não Apto(%)
	Total	Apto	Não Apto	Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo	Indeterminado	
441 - Gestão Fiscal										
Estado	1	1	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00

2.1. Desempenho dos Indicadores de Compromisso – Oportunidade de Melhoria

Em contraponto ao apresentado na seção anterior. O quadro a seguir mostra o Indicador de Compromisso com desempenho inferior a 70% ou superior a 130%. São os indicadores considerados com desempenho regular, baixo, muito baixo ou indeterminado. Além disso, o Quadro também mostra a execução orçamentário-financeira e física das ações orçamentárias associadas às iniciativas do Indicador de Compromisso, apresentando o seu desempenho e evidenciando a compatibilidade ou incompatibilidade entre o desempenho do Indicador de Compromisso e a execução das ações



orçamentárias. O Quadro também apresenta o montante de recursos associados ao Indicador de Compromisso, as características desse indicador, bem como o comportamento da regionalização da meta e os motivos que contribuíram para o seu alcance no ano, assim como o cumprimento da Meta do PPA. As oportunidades de melhoria são evidenciadas caso a eficácia não seja classificada como boa ou ótima ou a execução orçamentário-financeira seja diferente de boa ou ótima, ou não haja compatibilidade entre a eficácia do Indicador de Compromisso e a execução orçamentário-financeira das ações orçamentárias associadas.

Eficácia das Metas dos Indicadores de Compromisso - Oportunidade de Melhoria

Órgão: PGE								
Programa: 441 - Gestão Fiscal								
Compromisso: 2 - Potencializar a recuperação da dívida ativa do Estado								
Indicador de compromisso: 0001 - Taxa de recuperação da dívida ativa								
Polaridade		Unidade de medida		Classificação	Ano de Referência	Valor de Referência		Meta
Positiva		%		Processo	2022	1,00		1,00
Ano	Valor Planejado	Valor Apurado	Eficácia (%)	Eficácia (Conceito)	Valor Liquidado (R\$ 1.000,00)	Execução Orçamentário-Financeira		
						Conceito	Compatibilidade	
2024	1,00	1,68	168,00	Indeterminado	154,59	Baixo	Não	
Ano	Motivo da Evolução			Detalhamento do Motivo em relação ao valor planejado				
2024	OTIMIZAÇÃO/ APRIMORAMENTO DE ESTRATÉGIAS OU FORMAS DE ATUAÇÃO		DE	Eficiência das ações de cobrança e o Programa REFIS.				
Detalhamento do Motivo da Evolução em relação à Meta								

Como a meta apurada no 1º ano ficou acima da meta projetada, acreditamos que a meta total projetada para o PPA será alcançada.

Eficácia das Metas dos Indicadores de Compromisso - Oportunidade de Melhoria

Órgão: PGE

Programa: 441 - Gestão Fiscal

Compromisso: 2 - Potencializar a recuperação da dívida ativa do Estado

Indicador de compromisso: 0001 - Taxa de recuperação da dívida ativa

Polaridade	Unidade de medida	Classificação	Ano de Referência	Valor de Referência	Meta
Regionalização da Meta do Indicador de Compromisso					
Território	Meta	Valor Apurado		Eficácia (%)	
		2024		2024	
Estado		1,00	1,68	168,00	
Iniciativas associadas ao Indicador de Compromisso					
Nome da Iniciativa			Execução Orçamentário-financeira (Conceito)		Execução Física (Conceito)
			2024		2024
0001 - Aperfeiçoar as ações de cobrança dos créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa			Baixo		Baixo

3 Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira e Física

O índice de execução orçamentário-financeira é o percentual de execução orçamentário-financeira das Ações Orçamentárias, levando em consideração o valor liquidado em relação ao valor orçado ao final do exercício. Por outro lado, o Índice de Execução Física é o percentual de execução física das Ações



Orçamentárias, calculado com base na quantidade programada na LOA e concluída (soma das entregas com e sem pendência) em relação à quantidade programada na LOA ao final do exercício. Durante a análise da execução orçamentária-financeira e física das Ações Orçamentárias, elas são agrupadas em faixas de desempenho. Dessa forma, se o índice de execução for menor ou igual a 30%, é considerado desempenho muito baixo; se for maior que 30% e menor ou igual a 50%, é considerado baixo; se for maior que 50% e menor ou igual a 70%, é considerado regular; se for maior que 70% e menor ou igual a 90%, é considerado bom; se for maior que 90%, é considerado ótimo. O quadro a seguir mostra o desempenho das execuções orçamentário-financeira e física do conjunto das Ações orçamentárias do Programa do PPA 2024-2027, em cada exercício do período quadrienal, distribuído entre os montantes de recursos orçamentários previstos e executados e as respectivas faixas de desempenho.

Órgão: PGE

Execução Orçamentário-Financeira e Física dos Programas, segundo o Órgão

Ano	Orçamentário-Financeira (em R\$ 1.000,00)						Distribuição das ações orçamentárias por faixa de desempenho									
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução (%)	Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira (%)					Desempenho da Execução Física (%)				
							Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo	Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo
2024	39.849,00	52.145,89	0,00	31.230,41	30.379,54	59,89	26,67	33,33	20,00	6,67	13,33	33,33	33,33	13,33	0,00	20,00

Em conformidade com a Lei Estadual nº 13.214, de 29 de dezembro de 2014, que estabelece a política de desenvolvimento territorial da Bahia, o PPA 2024-2027 traz, além da regionalização das metas, uma abordagem territorial que considera a diversidade cultural, ambiental, econômica e social existente no Estado, e que possibilitou a participação social no ciclo de planejamento e gestão das políticas públicas. Neste contexto, na execução do PPA, os recursos orçamentários e financeiros devem ser alocados nos Territórios de Identidade, ou em seus municípios integrantes, exceto quando o

gasto abrange todo o estado, tornando-o indivisível sob a perspectiva espacial. Portanto, o quadro a seguir mostra o desempenho das execuções orçamentárias e financeiras, bem como físicas, do conjunto das Ações orçamentárias do Programa do PPA 2024-2027 nos Territórios de Identidade em cada exercício do período quadrienal. Ele distribui os montantes de recursos orçamentários previstos e executados, junto com as respectivas faixas de desempenho.

Órgão: PGE

Execução Orçamentário-Financeira e Física dos Programas do PPA, por Território de Identidade

Ano/Território de Identidade	Valores em R\$1.000,00		Execução (%)	Distribuição das ações orçamentárias por faixa de desempenho									
				Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira (%)					Desempenho da Execução Física (%)				
	Orçado ao final do exercício	Liquidado		Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo	Muito Baixo	Baixo	Regular	Bom	Ótimo
Bacia do Rio Grande	60,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00	0,00	0,00	50,00	0,00
Estado	12.398,25	5.979,88	48,23	37,50	37,50	0,00	0,00	25,00	28,57	42,86	14,29	0,00	14,29
Extremo Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Litoral Sul	62,05	1,55	2,49	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66,67	0,00	0,00	0,00	33,33
Metropolitano de Salvador	39.441,45	25.245,31	64,01	14,29	14,29	57,14	14,29	0,00	33,33	11,11	11,11	0,00	44,44
Portal do Sertão	63,65	3,65	5,73	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33,33	66,67	0,00	0,00	0,00
Sertão do São Francisco	60,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sudoeste Baiano	60,50	0,03	0,05	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66,67	33,33	0,00	0,00	0,00



Visando fornecer informações detalhadas sobre o comportamento da execução orçamentário-financeira e física no contexto dos objetivos do Programa, o quadro abaixo demonstra o desempenho dessa execução por Compromisso do Programa, evidenciando o desempenho agregado do conjunto de ações orçamentárias associadas ao Compromisso.

Órgão: PGE									
Execução Orçamentário-Financeira e Física do Programa do PPA por Compromisso									
Compromisso/Ano	Orçamentário-Financeira (em R\$ 1.000,00)							Execução Física	
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução (%)	Conceito	Média da Execução Física (%)	Conceito
440-C13 - Aperfeiçoar as atividades de consultoria e assessoramento jurídico, e de representação judicial e extrajudicial do Estado									
2024	22.443,00	29.121,50	0,00	20.953,78	20.266,52	71,95	Bom	53,45	Regular

A Iniciativa expressa a ação essencial do governo para consecução do Compromisso. Portanto, no quadro a seguir, são apresentados os dados sobre a execução orçamentário- financeira e física da Iniciativa, evidenciando o desempenho do conjunto das ações orçamentárias associadas à mesma. Além disso, é fornecido um relato sobre como essa Iniciativa contribuiu para o alcance do Compromisso.

Órgão: PGE

Execução Orçamentário-Financeira e Física do Programa do PPA por Iniciativa

Iniciativa/Ano	Orçamentário-Financeira (em R\$ 1.000,00)							Execução Física	
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução (%)	Conceito	Média da Execução Física (%)	Conceito
440-C13 - I0001 - Promover a advocacia preventiva									
2024	1.000,00	1.070,00	0,00	899,23	899,23	84,04	Bom	65,81	Regular
440-C13 - I0002 - Aprimorar o enfrentamento da litigiosidade mediante adoção de outros meios adequados de resolução de conflitos, inclusive com a criação da Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos da Administração Pública Estadual									
2024	933,00	933,00	0,00	37,93	37,93	4,07	Muito Baixo	30,66	Baixo
440-C13 - I0005 - Promover a implementação de inovações tecnológicas e gerenciais na Procuradoria Geral do Estado (PGE)									
2024	17.710,00	23.766,41	0,00	18.444,77	17.758,13	77,61	Bom	75,00	Bom
440-C13 - I0006 - Promover a implementação e integração de projetos de gestão de pessoas e gestão do conhecimento na Procuradoria Geral do Estado (PGE)									
2024	2.800,00	3.352,09	0,00	1.571,85	1.571,22	46,89	Baixo	32,00	Baixo

O quadro a seguir mostra as iniciativas do programa para as quais não houve programação de ação orçamentária nem de custo específico ou inespecífico no orçamento do ano. Assim, apresenta o relato sobre como essa iniciativa se relaciona com o alcance dos objetivos definidos nos Compromissos do Programa ou a situação da sua implementação.



Órgão: PGE

Iniciativas do Programa do PPA sem Programação Orçamentária

Ano	Iniciativa	Relato sobre a Iniciativa
2024	440-C13 - I0003 - Assumir as atividades de consultoria e assessoramento jurídico das autarquias (incluindo as universidades) e fundações públicas, mediante estudo de viabilidade	Constituição do Grupo de Trabalho pela Portaria PGE nº 051/2024 para planejamento da assunção do DETRAN e efetiva assunção dessa autarquia em outubro de 2024, conforme Portarias PGE nº 170 e 173, ambas de setembro de 2024. Firmando ainda pela PGE e DETRAN o Termo de Cooperação Técnica n.º 001/2024 para viabilizar a estrutura necessária à assunção.
2024	440-C13 - I0004 - Monitorar fluxo contínuo de comunicação e análise por parte dos gestores públicos a partir dos relatórios do Projeto Pagou Porque	O Comitê do Projeto "Pagou Por Quê?" promoveu ações para a coleta dos dados de pagamentos dos precatórios e Requisições de Pequeno Valor - RPVs do ano de 2023, junto ao Tribunal de Justiça e SEFAZ, bem como análise desses dados com foco na prevenção do litígio. Já foi protocolado o Relatório RPV 2022, contendo a análise do pagamento de RPVs em 2022, com 15 recomendações para a prevenção do litígio. As recomendações do Projeto Pagou Por Quê foram apresentadas ao Conselho de Política de Recursos Humanos - COPE em reunião do dia 05/03/24 e na PGE no dia 16/10/24. A PGE está investindo em modelos de Inteligência Artificial para identificação e captura dos dados para alimentação do painel BI e tem avançado na estimativa do tempo médio de tramitação e mapa de localização do litígio, o que tem garantido um caminho seguro para a política de prevenção do litígio e da consensualidade. Por fim, o Comitê tem buscado avançar na análise dos dados dos precatórios inscritos, o que possibilitará um visão mais completa do custo do litígio, além da elaboração de um roteiro de alerta para os gestores e o aperfeiçoamento da estratégia de divulgação.

Órgão: PGE

Execução Orçamentário-Financeira e Física do Programa do PPA por Compromisso

Compromisso/Ano	Orçamentário-Financeira (em R\$ 1.000,00)	Execução Física
-----------------	---	-----------------

Órgão: PGE

Iniciativas do Programa do PPA sem Programação Orçamentária

Ano	Iniciativa					Relato sobre a Iniciativa				
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução (%)	Conceito	Média da Execução Física (%)	Conceito	
441-C2 - Potencializar a recuperação da dívida ativa do Estado										
2024	370,00	358,65	0,00	154,59	154,59	43,10	Baixo	50,00	Baixo	

Órgão: PGE

Execução Orçamentário-Financeira e Física do Programa do PPA por Iniciativa

Iniciativa/Ano	Orçamentário-Financeira (em R\$ 1.000,00)							Execução Física	
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução (%)	Conceito	Média da Execução Física (%)	Conceito
441-C2 - I0001 - Aperfeiçoar as ações de cobrança dos créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa									
2024	370,00	358,65	0,00	154,59	154,59	43,10	Baixo	50,00	Baixo



3.1. Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira e Física – Avanços e Conformidades

Esta seção do relatório analisa os avanços e conformidades da execução orçamentário-financeira e física da ação orçamentária. Os quadros abaixo apresentam as ações orçamentárias que demonstraram compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física, com desempenho Bom ou Ótimo nos conceitos atribuídos a essas execuções. Esses quadros, também contemplam as ações em que houve a identificação da alocação de recursos liquidados e da entrega em pelo menos um Território de Identidade. Além disso, o beneficiário da ação governamental foi determinado e quantificado em pelo menos uma entrega. Essa análise permite verificar se a execução da ação orçamentária está de acordo com o planejamento estabelecido e possibilita o acompanhamento dos avanços alcançados.

Órgão	PGE								
Programa	440 - Planeja Bahia								
Compromisso	C13 - Aperfeiçoar as atividades de consultoria e assessoramento jurídico, e de representação judicial e extrajudicial do Estado								
Iniciativa	I0005 - Promover a implementação de inovações tecnológicas e gerenciais na Procuradoria Geral do Estado (PGE)								
Prioridade da LDO	Não								
Ação Orçamentária	5539 - Aperfeiçoamento de Sistema de Tecnologia da Informação e Comunicação								
Compatibilidade	Sim								
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)								
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingencia do	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito	Território de Identidade (top 1)	Valor liquidado no Território de Identidade

2024	2.700,00	3.799,28	0,00	3.529,74	3.529,74	92,91	Ótimo	Estado	3.529,74		
Ano	Execução Física										
	Quantida de Inicial	Quantida de programa da ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito	Público Beneficiário (top 1)	Quantida de	Território de Identidade (top 1)	Quantida de Concluída no Território
2024	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	100,00	Ótimo	Servidor Público da PGE	0,00	Estado	1,00
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física						Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física				
2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física										

Órgão	PGE
Programa	440 - Planeja Bahia
Compromisso	C13 - Aperfeiçoar as atividades de consultoria e assessoramento jurídico, e de representação judicial e extrajudicial do Estado
Iniciativa	I0005 - Promover a implementação de inovações tecnológicas e gerenciais na Procuradoria Geral do Estado (PGE)
Prioridade da LDO	Não
Ação Orçamentária	7033 - Modernização do Serviço de Tecnologia da Informação da Procuradoria Geral do Estado
Compatibilidade	Sim



Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)										
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingencia do	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito	Território de Identidade (top 1)	Valor liquidado no Território de Identidade		
2024	12.165,00	17.170,75	0,00	13.582,29	12.895,66	79,10	Bom	Metropolitano de Salvador	13.582,29		
Ano	Execução Física										
	Quantida de Inicial	Quantida de programa da ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito	Público Beneficiár io (top 1)	Quantida de	Território de Identidade (top 1)	Quantida de Concluída no Território
2024	2,00	2,00	0,00	0,00	2,00	100,00	Ótimo	Servidor Público da PGE	0,00	Metropolitano de Salvador	2,00
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física						Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física				
2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física										

3.2. Desempenho da Execução Orçamentário-Financeira e Física – Oportunidade de Melhoria

Esta seção destaca o índice de despesa de exercícios anteriores - DEA – que é a despesa de exercício encerrado, para a qual o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-la, ou que não se tenha processado na época própria, bem como os restos a pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente. Ademais, destaca, também, a previsão de restos a pagar, que são as despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício. O objetivo desses índices é evidenciar fatos que ocorrem na execução da ação orçamentária e podem comprometer a eficiência da ação governamental. Menores valores desses índices refletem menores intercorrências na execução do que foi planejado no orçamento anual, com cumprimento do cronograma de pagamento das obrigações assumidas com terceiros para execução da política pública. São indicadores que visam medir a excelência dos processos internos na perspectiva do esforço governamental.

Órgão	PGE
Programa	412 - Trabalho Decente
Compromisso	C3 - Promover a inserção no mundo do trabalho de estudantes e egressos da educação profissional técnica de nível médio da rede pública estadual e da
Iniciativa	I0011 - Disponibilizar vagas para estágio da educação superior e pós-graduação em órgãos e entidades públicas
Prioridade da LDO	Não
Ação Orçamentária	4131 - Administração de Bolsa Estágio de Nível Superior - Partiu Estágio/Mais Futuro
Compatibilidade	Não
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)



	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingencia do	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito	Território de Identidade (top 1)	Valor liquidado no Território de Identidade		
2024	1.098,00	198,00	0,00	188,68	188,68	95.29	Ótimo	Estado	188,68		
Ano	Execução Física										
	Quantida de Inicial	Quantida de programa da ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito	Público Beneficiár io (top 1)	Quantida de	Território de Identidade (top 1)	Quantida de Concluída no Território
2024	122,00	122,00	92,00	0,00	30,00	24.59	Muito Baixo	Estudante da Rede Estadual de Ensino Superior	30,00	Metropolitano de Salvador	14,00
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física						Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física				
2024	Não houve o registro do motivo										

Órgão	PGE
Programa	440 - Planeja Bahia
Compromisso	C13 - Aperfeiçoar as atividades de consultoria e assessoramento jurídico, e de representação judicial e extrajudicial do Estado



Iniciativa		I0001 - Promover a advocacia preventiva									
Prioridade da LDO		Não									
Ação Orçamentária		2416 - Representação Judicial e Extrajudicial, Consultoria e Assessoramento Jurídico do Estado									
Compatibilidade		Sim									
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)										
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingencia do	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito	Território de Identidade (top 1)		Valor liquidado no Território de Identidade	
2024	1.000,00	1.070,00	0,00	899,23	899,23	84.04	Bom	Estado		899,23	
Ano	Execução Física										
	Quantida de Inicial	Quantida de programa da ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito	Público Beneficiário (top 1)	Quantida de	Território de Identidade (top 1)	Quantida de Concluída no Território
2024	150,00	150.000,00	51.288,00	0,00	98.712,00	65.81	Regular	Administração Pública e Sociedade	0,00	Estado	98.712,00
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física					Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física					



2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física
------	---

Órgão		PGE									
Programa		440 - Planeja Bahia									
Compromisso		C13 - Aperfeiçoar as atividades de consultoria e assessoramento jurídico, e de representação judicial e extrajudicial do Estado									
Iniciativa		I0002 - Aprimorar o enfrentamento da litigiosidade mediante adoção de outros meios adequados de resolução de conflitos, inclusive com a criação da Câmara									
Prioridade da LDO		Não									
Ação Orçamentária		2416 - Representação Judicial e Extrajudicial, Consultoria e Assessoramento Jurídico do Estado									
Compatibilidade		Não									
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)										
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingencia do	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito	Território de Identidade (top 1)	Valor liquidado no Território de Identidade		
2024	908,00	908,00	0,00	37,93	37,93	4.18	Baixo	Estado	37,93		
Ano	Execução Física										
	Quantida de Inicial	Quantida de programa da ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito	Público Beneficiário (top 1)	Quantida de	Território de Identidade (top 1)	Quantida de Concluída no Território

2024	150,00	150.000,00	58.011,00	0,00	91.989,00	61.33	Regular	Administração Pública e Sociedade	0,00	Estado	91.989,00
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física						Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física				
2024	Não houve o registro do motivo										

Órgão	PGE								
Programa	440 - Planeja Bahia								
Compromisso	C13 - Aperfeiçoar as atividades de consultoria e assessoramento jurídico, e de representação judicial e extrajudicial do Estado								
Iniciativa	I0002 - Aprimorar o enfrentamento da litigiosidade mediante adoção de outros meios adequados de resolução de conflitos, inclusive com a criação da Câmara								
Prioridade da LDO	Não								
Ação Orçamentária	5731 - Implantação de Núcleo de Conciliação da Procuradoria Geral do Estado								
Compatibilidade	Sim								
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)								
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito	Território de Identidade (top 1)	Valor liquidado no Território de Identidade
2024	25,00	25,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Muito Baixo	Metropolitano de Salvador	0,00



Ano	Execução Física										
	Quantida de Inicial	Quantida de programa da ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito	Público Beneficiário (top 1)	Quantida de	Território de Identidade (top 1)	Quantida de Concluída no Território
2024	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0.00	Muito Baixo	-	-	Metropolitano de Salvador	0,00
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física							Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			
2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física										

Órgão	PGE
Programa	440 - Planeja Bahia
Compromisso	C13 - Aperfeiçoar as atividades de consultoria e assessoramento jurídico, e de representação judicial e extrajudicial do Estado
Iniciativa	I0005 - Promover a implementação de inovações tecnológicas e gerenciais na Procuradoria Geral do Estado (PGE)
Prioridade da LDO	Não
Ação Orçamentária	4703 - Operação do Sistema de Gerenciamento de Processo - PGENet
Compatibilidade	Sim
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)

	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingencia do	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito	Território de Identidade (top 1)		Valor liquidado no Território de Identidade	
2024	1.560,00	1.551,38	0,00	551,38	551,38	35.54	Baixo	Estado		551,38	
Ano	Execução Física										
	Quantida de Inicial	Quantida de programa da ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito	Público Beneficiário (top 1)	Quantida de	Território de Identidade (top 1)	Quantida de Concluída no Território
2024	2,00	2,00	1,00	0,00	1,00	50.00	Regular	Administração Pública Estadual	0,00	Estado	1,00
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física					Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física					
2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física										

Órgão	PGE
Programa	440 - Planeja Bahia
Compromisso	C13 - Aperfeiçoar as atividades de consultoria e assessoramento jurídico, e de representação judicial e extrajudicial do Estado
Iniciativa	I0005 - Promover a implementação de inovações tecnológicas e gerenciais na Procuradoria Geral do Estado (PGE)



Prioridade da LDO		Não									
Ação Orçamentária		5121 - Implantação de Inteligência de Negócio na Procuradoria Geral do Estado									
Compatibilidade		Sim									
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)										
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingencia do	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito	Território de Identidade (top 1)		Valor liquidado no Território de Identidade	
2024	1.285,00	1.245,00	0,00	781,36	781,36	62.76	Regular	Metropolitano de Salvador		781,36	
Ano	Execução Física										
	Quantida de Inicial	Quantida de programa da ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito	Público Beneficiár io (top 1)	Quantida de	Território de Identidade (top 1)	Quantida de Concluída no Território
2024	2,00	2,00	1,00	0,00	1,00	50.00	Regular	Servidor Público da PGE	0,00	Metropolitano de Salvador	1,00
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física					Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física					
2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física										



Órgão		PGE									
Programa		440 - Planeja Bahia									
Compromisso		C13 - Aperfeiçoar as atividades de consultoria e assessoramento jurídico, e de representação judicial e extrajudicial do Estado									
Iniciativa		I0006 - Promover a implementação e integração de projetos de gestão de pessoas e gestão do conhecimento na Procuradoria Geral do Estado (PGE)									
Prioridade da LDO		Não									
Ação Orçamentária		1260 - Capacitação de Procurador e Servidor									
Compatibilidade		Sim									
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)										
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingencia do	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito	Território de Identidade (top 1)	Valor liquidado no Território de Identidade		
2024	2.650,00	3.202,09	0,00	1.571,85	1.571,22	49.09	Baixo	Metropolitano de Salvador	1.571,85		
Ano	Execução Física										
	Quantida de Inicial	Quantida de programa da ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito	Público Beneficiár io (top 1)	Quantida de	Território de Identidade (top 1)	Quantida de Concluída no Território



2024	50,00	150,00	51,00	0,00	96,00	64,00	Regular	Servidor Público da PGE	0,00	Metropolitano de Salvador	96,00
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física						Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física				
2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física										

Órgão	PGE								
Programa	440 - Planeja Bahia								
Compromisso	C13 - Aperfeiçoar as atividades de consultoria e assessoramento jurídico, e de representação judicial e extrajudicial do Estado								
Iniciativa	I0006 - Promover a implementação e integração de projetos de gestão de pessoas e gestão do conhecimento na Procuradoria Geral do Estado (PGE)								
Prioridade da LDO	Não								
Ação Orçamentária	5727 - Implementação de Gestão Estratégica de Pessoas da Procuradoria Geral do Estado								
Compatibilidade	Sim								
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)								
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingencia do	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito	Território de Identidade (top 1)	Valor liquidado no Território de Identidade
2024	150,00	150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Muito Baixo	Estado	0,00
Ano	Execução Física								

	Quantida de Inicial	Quantida de programa da ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito	Público Beneficiário (top 1)	Quantida de	Território de Identidade (top 1)	Quantida de Concluída no Território
2024	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0.00	Muito Baixo	-	-	Estado	0,00
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física							Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			
2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física										

Órgão	PGE
Programa	441 - Gestão Fiscal
Compromisso	C2 - Potencializar a recuperação da dívida ativa do Estado
Iniciativa	I0001 - Aperfeiçoar as ações de cobrança dos créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa
Prioridade da LDO	Não
Ação Orçamentária	5730 - Aperfeiçoamento da Cobrança Judicial e Extrajudicial de Débitos Tributários e Não Tributários
Compatibilidade	Sim
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)



	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingencia do	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito	Território de Identidade (top 1)		Valor liquidado no Território de Identidade	
2024	370,00	358,65	0,00	154,59	154,59	43.10	Baixo	Estado		154,59	
Ano	Execução Física										
	Quantida de Inicial	Quantida de programa da ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito	Público Beneficiário (top 1)	Quantida de	Território de Identidade (top 1)	Quantida de Concluída no Território
2024	2,00	2,00	1,00	0,00	1,00	50.00	Regular	Sociedade	0,00	Estado	1,00
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física					Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física					
2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física										

Órgão	PGE
Programa	442 - Gestão de Serviços Públicos
Compromisso	C4 - Aperfeiçoar a gestão do acervo documental (físico e digital) e a preservação da memória institucional do Estado
Iniciativa	I0008 - Preservar o acervo documental da Procuradoria Geral do Estado (PGE)
Prioridade da LDO	Não
Ação Orçamentária	4704 - Preservação do Acervo Documental da Procuradoria Geral do Estado

Compatibilidade		Não									
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)										
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingencia do	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito	Território de Identidade (top 1)		Valor liquidado no Território de Identidade	
2024	1.100,00	1.633,53	0,00	1.022,66	1.022,66	62.60	Regular	Metropolitano de Salvador		1.022,66	
Ano	Execução Física										
	Quantida de Inicial	Quantida de programa da ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito	Público Beneficiár io (top 1)	Quantida de	Território de Identidade (top 1)	Quantida de Concluída no Território
2024	2,00	2,00	0,00	0,00	2,00	100.00	Ótimo	Administra ção Pública Estadual	0,00	Metropolitano de Salvador	2,00
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física						Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física				
2024	Não houve o registro do motivo										

Órgão	PGE
--------------	-----



Programa		444 - Bahia Participativa									
Compromisso		C4 - Ampliar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos, atos oficiais e demais comunicações governamentais									
Iniciativa		I0012 - Aprimorar os processos de comunicação interna e externa da Procuradoria Geral do Estado (PGE)									
Prioridade da LDO		Não									
Ação Orçamentária		3222 - Aprimoramento de Processo de Comunicação Interna e Externa da Procuradoria Geral do Estado - PGE									
Compatibilidade		Não									
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)										
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingencia do	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito	Território de Identidade (top 1)	Valor liquidado no Território de Identidade		
2024	1.100,00	1.023,12	0,00	21,55	21,55	2.11	Muito Baixo	Estado	21,55		
Ano	Execução Física										
	Quantida de Inicial	Quantida de programa da ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito	Público Beneficiário (top 1)	Quantida de	Território de Identidade (top 1)	Quantida de Concluída no Território
2024	2,00	2,00	1,00	0,00	1,00	50.00	Regular	Procuradori a Geral do Estado - PGE	0,00	Estado	1,00



Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física	Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física
2024	Não houve o registro do motivo	

Órgão	PGE
Programa	446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos
Compromisso	C1 - Aprimorar a governança do Estado como controlador nas decisões estratégicas de preservação e gestão do patrimônio público
Iniciativa	I0008 - Prover infraestrutura física de prédios públicos do Poder Executivo
Prioridade da LDO	Não
Ação Orçamentária	5206 - Reforma de Unidade da Procuradoria Geral do Estado
Compatibilidade	Sim

Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)								
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingenciado	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito	Território de Identidade (top 1)	Valor liquidado no Território de Identidade
2024	1.850,00	1.926,27	0,00	842,30	762,94	43.73	Baixo	Metropolitano de Salvador	837,07

Ano	Execução Física										
	Quantidade Inicial	Quantidade de programa	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito	Público Beneficiário (top 1)	Quantidade de	Território de Identidade (top 1)	Quantidade de Concluída



		da ao final do exercício									no Território
2024	12,00	12,00	6,00	0,00	6,00	50.00	Regular	Administra ção Pública Estadual	0,00	Litoral Sul	2,00
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física						Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física				
2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física										

Órgão	PGE								
Programa	446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos								
Compromisso	C1 - Aprimorar a governança do Estado como controlador nas decisões estratégicas de preservação e gestão do patrimônio público								
Iniciativa	I0008 - Prover infraestrutura física de prédios públicos do Poder Executivo								
Prioridade da LDO	Não								
Ação Orçamentária	7852 - Ampliação de Edifício Público								
Compatibilidade	Não								
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)								
	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingencia do	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito	Território de Identidade (top 1)	Valor liquidado no Território de Identidade
2024	9.000,00	14.545,00	0,00	7.450,07	7.365,81	51.22	Regular	Metropolitano de Salvador	7.450,07

Ano	Execução Física										
	Quantida de Inicial	Quantida de programa da ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito	Público Beneficiário (top 1)	Quantida de	Território de Identidade (top 1)	Quantida de Concluída no Território
2024	1,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0.00	Muito Baixo	-	-	Metropolitano de Salvador	0,00
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física							Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física			
2024	Não houve o registro do motivo										

Órgão	PGE
Programa	446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos
Compromisso	C2 - Aperfeiçoar a governança das compras e contratações públicas do Poder Executivo Estadual
Iniciativa	I0007 - Aposicionar unidades do Poder Executivo Estadual
Prioridade da LDO	Não
Ação Orçamentária	3194 - Aposicionamento de Unidade do Poder Executivo
Compatibilidade	Sim
Ano	Execução orçamentário-financeira (em R\$ 1.000,00)



	Orçado Inicial	Orçado ao final do exercício	Contingencia do	Liquidado	Pago	Execução Financeira (%)	Conceito	Território de Identidade (top 1)	Valor liquidado no Território de Identidade		
2024	2.888,00	3.339,82	0,00	596,78	596,78	17.87	Muito Baixo	Estado	596,78		
Ano	Execução Física										
	Quantida de Inicial	Quantida de programa da ao final do exercício	Não Iniciado	Em Execução	Concluído	Execução Física (%)	Conceito	Público Beneficiár io (top 1)	Quantida de	Território de Identidade (top 1)	Quantida de Concluída no Território
2024	7,00	13,00	5,00	0,00	1,00	7.69	Regular	Órgão da Administra ção Pública	0,00	Metropolitano de Salvador	1,00
Ano	Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física						Detalhamento do Motivo para não compatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física				
2024	Não houve incompatibilidade entre a execução orçamentário-financeira e física										

3.3. Índice das Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) e da Previsão dos Restos a Pagar

Esta seção destaca o índice de despesa de exercícios anteriores - DEA – que é a despesa de exercício encerrado, para a qual o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-la, ou que não se tenha processado na época própria, bem como os restos a pagar com

prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente. Ademais, destaca, também, a previsão de restos a pagar, que são as despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício. O objetivo desses índices é evidenciar fatos que ocorrem na execução da ação orçamentária e podem comprometer a eficiência da ação governamental. Menores valores desses índices refletem menores intercorrências na execução do que foi planejado no orçamento anual, com cumprimento do cronograma de pagamento das obrigações assumidas com terceiros para execução da política pública. São indicadores que visam medir a excelência dos processos internos na perspectiva do esforço governamental.

Índice da Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) do Programa

Programa/Órgãos	DEA	
	2024	
	Valor (R\$ 1.000,00)	Execução (%)
Órgão: PGE	50,37	0,16
440 - Planeja Bahia	17,44	0,08
7033 - Modernização do Serviço de Tecnologia da Informação da Procuradoria Geral do Estado	14,07	0,10
1260 - Capacitação de Procurador e Servidor	3,15	0,20
2416 - Representação Judicial e Extrajudicial, Consultoria e Assessoramento Jurídico do Estado	0,22	0,02
446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos	32,93	0,37
7852 - Ampliação de Edifício Público	32,93	0,44

Índice da Previsão dos Restos a Pagar do Programa (RP)



Programa/Órgãos	RP	
	2024	
	Valor (R\$ 1.000,00)	Execução (%)
Órgão: PGE	5.113,92	14,41
440 - Planeja Bahia	3.619,21	15,15
7033 - Modernização do Serviço de Tecnologia da Informação da Procuradoria Geral do Estado	2.884,24	18,28
1260 - Capacitação de Procurador e Servidor	303,66	16,20
5539 - Aperfeiçoamento de Sistema de Tecnologia da Informação e Comunicação	269,54	7,09
2416 - Representação Judicial e Extrajudicial, Consultoria e Assessoramento Jurídico do Estado	139,19	12,93
5121 - Implantação de Inteligência de Negócio na Procuradoria Geral do Estado	22,58	2,81
441 - Gestão Fiscal	14,05	8,33
5730 - Aperfeiçoamento da Cobrança Judicial e Extrajudicial de Débitos Tributários e Não	14,05	8,33
442 - Gestão de Serviços Públicos	108,41	9,58
4704 - Preservação do Acervo Documental da Procuradoria Geral do Estado	108,41	9,58
444 - Bahia Participativa	1,58	6,81
3222 - Aprimoramento de Processo de Comunicação Interna e Externa da Procuradoria Geral do	1,58	6,81
446 - Gestão do Patrimônio e da Logística de Suprimentos	1.370,66	13,58
7852 - Ampliação de Edifício Público	1.242,21	14,43
5206 - Reforma de Unidade da Procuradoria Geral do Estado	128,46	14,41



